A HISTÓRIA DE UMA TOMADA DE POSSE
ou
CONTRIBUTO PARA A PRAXIS DA DIPLOMACIA

1 DE JUNHO DE 1822

D. FR. FRANCISCO DE S. LUIS

(Cardeal Saraiva)

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO



JOSÉ LIBERATO FREIRE
DE CARVALHO
250 ANOS
COIMBRA 1772-2022



Contribuição dos bibliotecários

Borges Graínha

e

Leonardo

para a glória

do

Grande Oriente Lusitano

Maçonaria Portuguesa

na passagem do seu

220º aniversário

(1802-2022)


D. FRANCISCO SARAIVA

A HISTÓRIA DE UMA TOMADA DE POSSE OU CONTRIBUTO PARA A PRAXIS DA DIPLOMACIA

FR.. FRANCISCO DE S. LUÍS NO LUMINOSO
DIA 1 DE JUNHO DE 1822

Em tempos de sinalização de grandes números redondos, a **BMBM** quer assinalar uma data e um facto cuja importância provém da envolvência e dos envolvidos.

Em **1 de Junho de 1822** – há duzentos anos, pois – "tomou inteira posse da administração espiritual e temporal do bispado de Coimbra, D. Frei Francisco de S. Luís.

Leva-nos esta formalidade a considerações sobre as personalidades e as circunstâncias em que ocorrem, permitindo-nos não só uma rememoração dos acontecimentos como incursões várias sobre as interessantes biografias de dois contemporâneos que se conheceram, se cruzaram em diversos contextos e de quem sobraram memórias imprescindíveis para a história deste tempo.

Nasce assim ***A HISTÓRIA DE UMA TOMADA DE POSSE ou CONTRIBUTO PARA A PRAXIS DA DIPLOMACIA*** – que editamos em versão digital, reincidindo na associação às comemorações dos 220 anos do Grande Oriente Lusitano e dos 250 anos de José Liberato.

Deste trabalho emergem três questões fundamentais, qualquer delas merecendo a maior atenção e honestidade na sua abordagem: poder temporal versus poder espiritual, a qualidade de ser membro da maçonaria e importância da existência de provas.

CALENDÁRIOS DOS ACONTECIMENTOS, SENDO BISPO DE COIMBRA E REITOR DA UNIVERSIDADE D. FRANCISCO DE LEMOS.

▲ **20 de Julho de 1821** – nomeação de D. Fr. Francisco de S. Luís, pelo rei D. João VI, para coadjutor e futuro bispo de Coimbra e futuro sucessor como reitor da Universidade;

▲ 13 de Setembro de 1821 – publicação da *Ecclesiam a Jesu Christo*, uma bula que mantém a condenação às sociedades secretas;

▲ 20 Outubro de 1821 – D. Fr. Francisco de S. Luís toma posse como reitor, por pedido de demissão do reitor em exercício (D. Francisco de Lemos);

▲ Dezembro de 1821 – a embaixada portuguesa em Roma percebe o atraso do Despacho papal e alerta o governo português;

▲ 26 de Abril de 1822 – falece o Bispo, D. Francisco de Lemos;

▲ 28 de Abril de 1822 – é nomeado Bispo Capitular D. Fr. Francisco de S. Luís;

▲ **1 de Junho de 1822** – Fr. Francisco de S. Luís toma posse administrativa, espiritual e temporal do bispado;

▲ 15 de Setembro de 1822 – Fr. Francisco de S. Luís é sagrado na Sé de Coimbra

Todos os biógrafos são unânimes em reconhecer que o atraso das decisões da cúria romana tinha por base acusações, denúncias, insinuações, invejas, inimizades ou vingança: Fr. Francisco de S. Luís pertenceria à maçonaria, sociedade secreta mais uma vez excomungada pela igreja. Pertencia? Pertenceu?

Cabe perguntar quem eram os inimigos de Fr. Francisco de S. Luís.

Se aceitarmos que a causa seria política e não pessoal – recordemos as suas convicções liberais bem como a sua adesão imediata, ainda que sempre moderada, à Revolução de 1820 – os interessados em impedir a tomada de posse de Fr. Francisco de S. Luís seriam os inimigos dos liberais (miguelistas) ou os liberais exaltados ou avançados.

Não existem provas documentais da pertença de Fr. Francisco à maçonaria. Sim, nunca foram encontrados quaisquer documentos de qualquer natureza que o confirmem. Mas isso não permite excluir essa possibilidade. Aliás, a única e sempre disponível argumentação da sua não pertença é, exactamente, a não existência de provas.

Nós, que não somos historiadores mas sim “bibliotecários”, reafirmamos essa ausência de provas mas simultaneamente temos de clamar que há fortes indícios. Isto é, da sua vida, do seu perfil, da sua biblioteca e leituras, do seu *modus operandi*, dos seus escritos, das suas amizades e relações, dos seus inimigos, enfim, de tudo ou quase tudo podemos perscrutar o reconhecimento de um “Condorcet” por detrás de um Francisco de S. Luís.

Finalmente, e não menos importante, os factos vêm dar razão à argumentação ainda hoje utilizada por uma parte dos maçons - a de que a qualidade de ser maçom

pode fazer de um indivíduo o melhor dos homens, mas a sua identificação como tal pode transformá-lo na mais evitável das escolhas. Mesmo que o não seja ou nunca tenha sido, a insinuação de pertença à maçonaria transforma-se numa acusação de que poucos saem incólumes.

Vejamos então os contributos para a compreensão das pessoas e das suas circunstâncias.

Nas suas palavras, José Liberato sempre terá tido "uma repugnância invencível pela vida diplomática". Além de se considerar pouco ambicioso, os seus desejos de ter uma vida independente impediam-no de se ligar a empregos que lhe retirassem liberdade de acção, especialmente se dados pelo governo, do qual se tornaria dependente, se não mesmo escravo. As cortesias a que estaria obrigado, as visitas e jantares diplomáticos, algumas impertinências que sempre teria que suportar indispunham-no e considerava-as incompatíveis com o seu génio e carácter.

Por estes motivos, explica nas suas ***Memórias*** que recusou uma proposta de Ministro Diplomático em Madrid apresentada pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira. De seguida não aceitou a oferta de um lugar em Roma, onde a necessidade de pessoas de princípios e da confiança do governo não o convenceu. Por fim declinou Paris. Quando muito, e em caso de extrema necessidade, aceitaria um lugar de Secretário da Legação do Ministro, desde que o considerasse "homem decente, de capacidade e que não seja capaz de nos envergonhar lá fora". Tal lugar não se confirmou.

Instado mais tarde, pelo mesmo Silvestre Ferreira, para que demonstrasse a sua utilidade e vontade de auxiliar um governo que diariamente era desafiado pelos seus inimigos e que, de várias formas, o tentavam desacreditar, ameaçando o bom êxito "do edifício político, que tão felizmente se pôde começar a construir", Liberato decide aceitar um modesto emprego na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, "servindo" Silvestre Pinheiro Ferreira, como adido do seu gabinete de Ministro.

Dos seus trabalhos nesta secretaria, Liberato releva "uma resolução pronta e decisiva, digna de uma potência independente e que sabia manter os seus direitos". A situação tinha algum melindre, envolvendo a poderosa Roma pontifícia, onde o nosso agente diplomático era Pedro de Mello Breyner, "muito honrado e liberal mas tímido e irresoluto".

Tratava-se da confirmação papal da nomeação pelo governo português de D. Frei Francisco de S. Luís para Bispo de Coimbra.

Perante a resistência dos cleros e o adiamento da confirmação papal do bispado de Coimbra - atentemos que a nomeação inicial ocorrera em 20 de Julho de 1821 - com graves consequências para as populações e para o prestígio da coroa portuguesa, José Liberato puxou dos seus brios e escreveu ao representante Mello Breyner: "que participasse, como *ultimatum* ao governo papal que Sua Majestade, quando nomeava os seus Bispos, sabia muito bem que eram capazes da dignidade para a qual os nomeava; e por conseguinte exigia que, sem réplica alguma, se confirmasse a que havia feito na pessoa de Fr. Francisco de S. Luís para Bispo de Coimbra." E, subindo o tom, que "pedisse imediatamente o seu passaporte e saísse de Roma" se mais dúvidas viessem a retardar essa confirmação. José Liberato deixa transparecer algum orgulho no bom êxito desta sua posição mais enérgica do que a habitual anemia lusitana – de imediato foi expedida a confirmação.

Diga-se que José Liberato havia há muito tomado posição sobre este assunto da nomeação dos bispos. No seu primeiro jornal no exílio, ***O INVESTIGADOR PORTUGUEZ EM INGLATERRA***, já em 1817 tinha publicado a sua posição sobre o assunto a propósito de idêntico procedimento de Pio VII, e a sua recusa inicial para confirmar a nomeação de Fr. Joaquim de Santa Clara como Arcebispo de Évora, baseado no facto de este ter feito o elogio fúnebre do Marquês de Pombal.

Das três fases de nomeação dos bispos – Eleição, Confirmação e Sagração – Liberato entendia que só a terceira era verdadeiramente eclesiástica. As primeiras eram inquestionavelmente prerrogativas do poder temporal. Não deveria, embora acontecesse, ser o Papa a confirmar uma escolha feita pela nação. Firmado na sua posição de princípio sobre este procedimento, fácil foi para José Liberato a impor a sua argumentação convicta e resoluta.

José Liberato conhecera Fr. Francisco de S. Luiz em 1794, numa visita a Tibães, quando se dirigia de Santa Cruz (Coimbra) para o mosteiro de Refóios do Lima. Tinha 23 anos e apenas as ordens menores mas já havia traduzido e editado em Coimbra, corrigida pelo seu irmão António, a ***ARTE DE PENSAR***, de Condillac. Quem sabe não oferecera um exemplar ao futuro Cardeal Saraiva? Pelo menos, nos afiança nas suas Memórias, dele foi sempre amigo até à morte!

Pouco, muito pouco tempo durou esta experiência nos gabinetes ministeriais. Em 6 de Abril de 1822 já Liberato fazia publicar o folheto do seu jornal ***O CAMPEÃO PORTUGUEZ EM LISBOA***, abdicando da possibilidade de uma carreira política ministerial e abraçando o jornalismo vintista.

ANOTAÇÕES BREVES:

PIO VII - O cultíssimo poliglota italiano beneditino Barnaba Chiaramonti dirigiu o papado de 1800 a 1823, esteve preso às ordens de Napoleão, tendo presenciado a sua (auto) coroação como imperador, sendo responsável pelo reavivamento da Inquisição e restaurando a extinta Companhia de Jesus. Por tudo isso foi santificado após a sua morte. Incentivou o fim do tráfico de escravos e fez-se retratar em 1805 pelo mais célebre dos pintores franceses da época, o maçon Jacques-Louis David. Foi o terceiro dos oito Papas que elegeram a Maçonaria como uma das suas principais preocupações, tendo emitido disposições escritas sobre o assunto. Neste caso, a ***Bula Ecclesiam a Jesu Christo***, formalmente dirigida à Carbonária ainda que associando a Maçonaria e as sociedades secretas em geral, excomungando os seus membros e os que guardassem os seus segredos e promovessem a sua literatura. Teve como secretário de estado um mestre da diplomacia, Ercole Consalvi, participante no Congresso de Viena e também ele um visceral apontador de carbonários. Considerado o virtual legislador e reformador de Roma, tal a sua importância nos bastidores que se dizia que “Pio VII teria que aguardar às portas do Céu até chegar Consalvi com as chaves, vindo do Purgatório”.

PEDRO DE MELLO BREYNER (1757-1830) - foi um aristocrata (Senhor da Trofa), magistrado judicial e político. Casou em 1793 com D. Ana Rufina de Melo de Sousa Tavares e Moura, 18.ª Senhora de Melo. Foi embaixador de Portugal em Roma, governador das Justiças do Porto, presidente do Real Erário, membro do Conselho de Regência de 1807 e depois do Conselho de Governo de Junot. Foi desembargador da Relação do Porto e escrivão da Misericórdia do Porto, Ministro da Justiça na regência da Infanta D. Isabel Maria, tendo sido o último de todos o de conselheiro de Estado. Morreu encarcerado na Torre de S. Julião da Barra em Dezembro de 1830, onde fora encerrado dois anos antes, por ordem de D. Miguel que não lhe perdoou as confessadas convicções liberais, depois de ter sido preso em 26 de Maio de 1828.



F. Cardeal Patriarcha

O Em.mo Cardial (Saraiva) D. Francisco de S. Luiz Patriarcha de Lisboa.

O MONGE LIBERAL E VARÃO ILUSTRE - FR.. FRANCISCO DE S. LUÍS

"… disse à Rainha que estava prompto para o Altar e para a charrua, para o sacrifício e para o trabalho; e assim estou ainda" – **Francisco de S. Luís**

O sábio Frei Francisco de S. Luís - a alma ilustre do primeiro vintismo e um dos maiores vultos morais do clero liberal oitocentista – e que tão relevantes serviços cuidou à sua pátria, será hoje, neste dia 1 de Junho de 2022, certamente recordado por todos os devotos filhos da Liberdade e do Constitucionalismo. Sim, na verdade cumpre-se hoje duzentos anos que Frei Francisco de S. Luís, ou Francisco Justiniano de Saraiva (1766-1845), após estranhos incidentes protocolares e nunca totalmente explicados, tomou posse na administração espiritual e temporal do bispado de Coimbra, que até então era sucessivamente protelado.

E é sobre essa reclamada data, exaltando o notável cidadão e dedicado liberal, que gostosamente apresentamos uma pequena e memorialística peça bibliográfica colhida sobre a história da sua tomada de posse, porque não deve ficar olvidada essa memória entre papéis, no silêncio dos arquivos. Deste modo, muito cordial e afetuosamente, seja permitido aos bibliotecários da BMBM, cumprindo o seu dever, saudar o eloquente monge beneditino, o chorado construtor da legitimidade constitucional, o prestante cidadão limiense cujas virtudes e serviços humanísticos, cívicos e culturais jamais serão esquecidas.

Frei Francisco de S. Luís, futuro Cardeal Saraiva, desde os mais verdes anos, ocupou-se proveitosamente, e com gosto, ao amor das letras, à cultura e ao debate sobre literatura, filosofia e história, "filtradas pela lente neoclássica e iluminista" (A. M. de Barros Cardoso). Os seus estudos monásticos na *Congregação de S. Bento*, a vida académica e literária a que rendeu culto, são belos e ilustrados exemplos da então "república das letras". Apóstolo da liberdade, acompanhou o movimento liberal nascido da revolução de 24 de Agosto de 1820, com honra e lealdade, oferecendo algumas das melhores exposições, então publicadas, sobre matéria política ou religiosa.

Recordemos algumas brevíssimas anotações sobre Fr. Francisco de S. Luís, justamente até ao período em que toma posse do bispado de Coimbra. Do mosteiro de Santo André de Rendufe (1780), onde foi monge professo, irá para o convento beneditino da Estrela (Lisboa), passando de seguida para o Colégio de S. Bento, casa de

estudos e Arte e Teologia de Coimbra, onde toma o grau de doutor (1791), abraçando o magistério académico, ao mesmo tempo que se torna sócio da *Academia das Ciências* (1794); os seus estudos histórico-filosóficos levam-no a solicitar licença para "ler e possuir livros proibidos" (*ibidem*), o que lhe foi concedido pela Real Mesa Censória, o que lhe permitiu formar uma importante e opulenta livraria.

Entretanto é chamado a prestar importantes serviços dentro da *Congregação*, tendo sido encarregado de "tarefas de interesse na biblioteca e no coristado da abadia de Tibães" (Luís Oliveira Ramos, *O Cardeal Saraiva*), onde se fixa, em Janeiro de 1797; é nesse lugar que José Liberato Freire de Carvalho pela primeira vez o encontra. As qualidades do seu trabalho, o rigor e a paciência beneditina que imprimia ao que fazia, levaram-no a concluir a catalogação e "arranjo metódico da livraria conventual" (*ibidem*), ao mesmo tempo que leccionava e se vai familiarizando com o "sistema do governo monástico" (*ibidem*), de tal forma que viria (1798) a exercer funções de *Secretario do Geral* (Frei Manuel de Santa Rita Vasconcelos), como anos mais tarde será eleito abade do *Colégio de S. Bento de Coimbra* (1804), "baluarte e glória da Ordem em Portugal", sucedendo ao futuro presidente das Cortes Constituintes de 1821, Fr. Vicente da Soledade e Castro. O "ilustre sábio" (Alexandre Herculano) foi sempre um incansável estudioso e respeitável investigador, zeloso do seu "bom nome" e "reputação", com acrisolado amor à sua *Congregação* e à pátria, exercendo reconhecidos e elevados cargos.

A atividade política de Fr. Francisco de S. Luís torna-se relevante no combate contra a dominação francesa, surgindo (1808) como membro da *Junta Provisional de Viana do Castelo* (esta Junta constituiu-se imediatamente a seguir à *Junta Suprema do Porto*, sendo a segunda mais importante no Norte - vide *O Porto e as Invasões Francesas*, vol. II), revelando intervenção pessoal corajosa e prestando esclarecidos e virtuosos serviços às Juntas (sobre a importância das Juntas na resistência e rebelião contra os invasores, ver com proveito, José Acúrsio das Neves, *História Geral das Invasões Francesas*, tomo I), não só pelas "exortações patrióticas impressas" (*O Porto e as Invasões Francesas*, vol. III) mas também pelo controlo e organização da ordem pública local (*ibidem*).

Curiosamente, encontrava-se o monge beneditino com a sua família em Ponte de Lima quando se dá a amotinação popular contra os franceses e, de novo, está passando curtas férias junto à família (Marquês de Resende, *Memória Histórica* ...), justamente em Ponte de Lima, no luminoso dia 24 de Agosto de 1820, de onde parte para a cidade

do Porto. Seja dito que Fr. Francisco de S. Luís estava instalado no *convento do Carvoeiro*, perto de Ponte de Lima, desde a saída do rei para o Brasil até 1813, por ter sido nomeado 1.º visitador da Ordem, cumprindo inspecionar os "cenóbios da Congregação" (*ibidem*).

São conhecidos os acontecimentos posteriores que originam o memorável dia 24 de Agosto de 1820, abrindo caminho á regeneração nacional e ao constitucionalismo; é pública a alevantada ação política conduzida pelo Sinédrio e o pensamento dos seus membros, com os quais Fr. Francisco de S. Luís mantinha laços inquebrantáveis e afetuosos; não é, de todo, desconhecido o longo processo de afirmação e consolidação do primeiro liberalismo em Portugal, as suas dificuldades e inúmeras contradições.

Conhece-se, também, a valia e relevância da elite intelectual (aristocracia do saber), que imbuída na luz do iluminismo e do filosofismo, demandou no plano da utopia ideológica e política, a cidadania, a liberdade de pensamento, de comércio e de imprensa, valores virtuosos de um novo mundo, pedras atiradas na luta contra o *Portugal Velho*. Ora, Francisco de S. Luís, fez parte dessa geração heróica, combateu nessas fileiras pela felicidade do Homem, em amor à liberdade e à sua causa. O seu radioso trabalho na *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*, como depois na *Regência*, sob nomeação da *Constituinte de 1821*, traduz muito quanto a Pátria, generosamente, lhe deveria estar agradecida.

No entanto, o interesse vil, a rivalidade e o cinismo de muitos e a ambição de uns poucos, arrastaram impiedosamente o seu nome para a praça pública, julgando que esse murmúrio o atingia na força e no valor do seu trabalho contra a tirania e a liberdade. Não houve algoz algum que o demovesse, tal era a honestidade do seu espírito e os seus inabaláveis princípios liberais.

O grave incidente protocolar com a Santa Sé em torno da sua nomeação, a 20 de Julho de 1821, para "coadjutor e sucessor de D. Francisco de Lemos, não só como bispo de Coimbra, mas também como reitor e reformador da universidade" (Marques Gomes, *Luctas Caseiras*), fez aumentar a listagem dos seus inimigos. Mais, ainda, quando a acusação para o adiamento da sua posse, então feita a Francisco de S. Luís, era de ser (ou ter sido) pedreiro-livre ou *compagnon de route*. Foi esta a "grave" acusação que lhe foi feita – o ter sido ou ainda ser membro da maçonaria – e que impediu a confirmação apostólica da Santa Sé. Circularia até o rumor que Francisco de S. Luís tinha mesmo sido "aclamado presidente de todas as lojas de Portugal" numa reunião no dia 18 de Janeiro de 1821 (carta de 27 de Maio de 1822 de Pedro Melo Breyner, embaixador

junto à Santa Sé, ao ministro Silvestre Pinheiro Ferreira; ver, ainda, António Ferreira, *O Cardeal Saraiva*, p. 47), que o monge desmente na sua Dedução.

Francisco de S. Luís toma posse de reitor da Universidade de Coimbra, por resignação de Francisco de Lemos, em 20 de Outubro de 1821, e sobre essa esperançosa missão ele mesmo nota o seguinte: "esta honra, que com toda a razão chamo extraordinária, fixou a época em que contra mim se desencadearam todas as fúrias da malevolência, e foi uma das mais poderosas causas das minha posteriores infelicidades (*Apontamentos* de Francisco de S. Luís). Mais nos diz: "viu logo, e logo começou a experimentar os efeitos da vil inveja, que corada com diferentes graus, não tem cessado de o perseguir" (*Dedução dos Factos*, Zéfiro, 2018). Perante tais padecimentos, jamais o beneditino, mesmo com o peito apertado, vacilou no seu caracter e na sua inquebrantável moderação. Manteve-se sempre, em vida, afastado da polémica, "inimigo por temperamento das altercações e disputas estéreis, ainda quando acusado e vilmente caluniado não dá aos seus contentores o gosto de uma réplica" (*Dedução dos Factos*, Mensageiro de S. Bento, n.º 11/12, 1945). E, por isso, essa incompreendida virtuosidade política não terá sido digna de coroado merecimento e respeito, pelo que o seu silêncio público, decerto, contaminou algumas vaidades filhas da aurora vintista e acirrou os belicosos prosélitos da contra-revolução.

Na verdade, "por causa da vida política que seguiu, procurou defender-se, mas sem fazer críticas nem se tornar maldizente [e] de animo suave, no meio de nomeações e demissões, sofreu com resignação cristã e monástica as perseguições e os exílios, sobretudo no período da governação de D. Miguel e, depois do Setembrismo, porque era um convicto liberal cartista, em São Paulo da Serra de Ossa, onde esteve exilado e enclausurado durante seis anos, de 10 de Julho de 1828 a 26 de Maio de 1834".

O desmentido categórico feito na sua *Dedução* (a primeira referência a esta exposição de autodefesa, abrangendo o período entre 24 de Agosto de 1820 e 5 de Julho de 1823, saiu publicada pelo Marquês de Resende, em 1864, tendo até então ficado "na gaveta" por muitos anos) da acusação de ser membro da Maçonaria – e que se pode acompanhar na edição mais recente pela Zéfiro, *Esclarecimentos à Vida Pública do Cardeal Saraiva (1820-1823),* sob a pena de Tiago Henriques, e que pretende expor acrescentos e correções ao que foi a uma anterior edição, sob responsabilidade da revista Mensageiros de S. Bento (1945) - não é estimulante *de per si* nem desconstrói de vez o mito do maçonismo de Frei Francisco de S. Luís.

Isto é, as afirmações de que tinha pertencido à maçonaria, com o nome simbólico de Condorcet (enciclopedista e revolucionário francês, escreveu o Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano, original datado de 1795), por prudência intelectual relativamente ao memorialismo e historiografia maçónica, tendo em atenção os vários incidentes de apreensão de papéis, saque e destruição com que o arquivo das lojas e da Ordem foi objecto (caso das perseguições verificadas em 1809, em que o arquivo central foi entregue à polícia pelo membro do Conselho Conservador, Maurício José Moreira ou os confiscos resultantes da Setembrizada de 1810 – ver António Ferrão, A. H. de Oliveira Marques), levantam inúmeras e algumas difíceis questões. Vejamos algumas delas.

O professor Oliveira Marques (*História da Maçonaria em Portugal*, vol 1) afirma que o nosso monge teria frequentado o Convento do Beato António ou a Quinta da Matinha (Braço de Prata), local onde os irmãos da loja *Amor da Razão* (ou *Razão*) se reuniam para os seus trabalhos. Diz que, possivelmente, Francisco de S. Luís teria integrado a oficina à volta de 1803, apresentando as seguintes fontes: ANTT – Inquisição de Lisboa, n.º16809; IHGB – lata 21, doc. 2, fls. 8-9; DMP, 1307-1308. Em nota seguinte (p. 255) Oliveira Marques, quando descreve e analisa os Rituais então em uso em 1803, vai-se apoiar no "texto confessional" redigido por José Joaquim Vieira Couto (onde o próprio narra a sua iniciação), um brasileiro de Minas Gerais, residindo e trabalhando na metalurgia e na mineração para a Fazenda em Lisboa desde 1800. Vieira Couto será preso por denúncia em 1803, conforme consta do processo da Inquisição acima assinalado (julgamos que está, em parte, disponível online na Torre do Tombo; publicado por Oliveira Marques), fornecendo alguns nomes dos obreiros da loja *Razão* ou *Amor da Razão*. Oliveira Marques, no entanto, refere "imprecisões e exageros" ao longo do seu depoimento (Couto diz que então existiam 33000 maçons em Portugal), o que não consente boa reputação testemunhal ao depoimento utilizado com fonte.

Recuando no tempo, é conhecido os insultos do padre atrabiliário e publicista José Agostinho de Macedo (com o qual Frei Francisco de S. Luís pelejou em defesa do vate Camões) contra a pedreirada, o maçonismo e o filosofismo. De tal forma que na sua *Tripa Virada* n.º1 (depois de inventar ter assistido a uma sessão maçónica por um buraco aberto na parede do Grande Oriente, assunto, aliás, várias vezes ensaiado em várias terras do país, pelo antimaçonismo), surge-nos um Francisco de S. Luís como o "Demónio negro com duas Mitras". O padre Macedo, na sua peça, caricatura assim os maçons que diz reconhecer:

> […] Conhecia-os como os meus dedos. O primeiro [...] tinha ar de quem ainda dava *Conselhos de Estado*, e era com aquella figurinha de *placart* magro, e calvo, o Grão Mestre do Grande Oriente [João da Cunha Souto Mayor]! Pois hum Demonio negro com duas Mitras, e duas coroas, huma de Conde, outra de Frade! Todo elle cheio de Synonimos com voz de colheres, fuzos, palitos, rocas de quem descendia por linha masculina; muito medo metia este figurão! Até a Cartilha do Mestre Ignacio tinha medo delle, porque sempre foi muito seu inimigo [Frei Francisco de S. Luís]! Eu fiquei como o pai de Santo Antonio quando vi o Pato [Nuno Álvares Pereira Pato Moniz] com a cara de Letria, e com a boca aberta [...] tomou a esquerda do Grão Mestre com hum tinteirinho de corno no caracter de Grande secretario, tudo como dizia o Manifesto por quem eu me hia governando para me não enganar […]

Terá sido esta a fonte oculta em que o monárquico tradicionalista e integralista António Sardinha, obcecado pelos teóricos da contra-revolução e de que nunca se soube libertar, toma como evidencia como prova para considerar que "na lista dos cabecilhas dos clubes secretos" [i.é, a maçonaria] avulta Fr. Francisco de S. Luís, mais tarde Bispo-Conde eleito, reitor da Universidade e finalmente Patriarca de Lisboa, com a designação de Cardeal Saraiva" (António Sardinha, Ao ritmo da ampulheta, p. 162)?

Se o foi, porque em Sardinha tudo é opaco, principalmente as suas curiosas fontes historiográficas, pensamos que o valor documental é neste caso inaceitável e até ofensivo intelectualmente. E, se Sardinha, pretende validar a prova que referiu no texto, aludindo à presença de Frei Francisco de S. Luís, "com o crisma maçónico de Condorcet" (*ibidem*), numa suposta relação de lojas existentes em Portugal, em 1821, dada à estampa em Paris, e não revelada, então estamos no campo do delírio da produção historiográfica.

Nesse sentido caminha o historiador católico e professor do liceu de Coimbra, Fortunato de Almeida, na sua conhecida e monumental obra, *História da Igreja em Portugal*. Este autor, no Livro IV, ao replicar um artigo acerca do estado da igreja em Portugal, pelo periódico Bem Público (Fevereiro de 1863), insere em nota de rodapé (p. 211) uma curiosa lista de bispos portugueses do séc. XIX filiados na maçonaria e, entre eles, claro está, encontra-se o irmão Condorcet.

Por sua vez, a obra sempre muito referenciada e que anima o antimaçonismo paroquial, *A Maçonaria na luta pelo poder (D. Miguel I e a sua época)*, de Paulo Siebertz, afirma a qualidade de pedreiros-livres aos membros da Regência, em 1821, ao

tresler a *História da Maçonaria* de Borges Grainha, matéria que não consta na obra em causa, jamais aliás referida pelo historiador maçónico. Nenhuma novidade, como se vê.

Curiosamente, António Ferreira, no artigo intitulado "*O Cardeal Saraiva e a Maçonaria*", saído na revista Prometeu (1947, n.º 1-2), mais tarde reproduzido n'*O Cardeal Saraiva (Um Grande Limiano),* ao analisar a questão maçónica do cardeal Saraiva não poupa as incorreções, os desacertos e as atoardas bem evidentes no argumentário presente em todos estes autores (ver pp. 39-50).

No que diz respeito aos escritos dos historiadores maçónicos mais antigos, como Miguel António Dias (*Annaes e Codigo dos Pedreiros Livres em Portugal*, 1853), N. dos Reis e R. Felner (*Almanak do rito escocez antigo e aceite para Portugal, para o anno de 5845*), A. M. da Cunha Bélem (*Le Grand Orient Lusitanien*, 1869) ou até mesmo o incontornável *Diccionario Universal Portuguez Illustrado*, Vol. VI – M a MAG, Fernandes Costa, 1884), refira-se nada constar que possa aduzir ter sido Fr. Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva, membro da Ordem Maçónica. Até mesmo o casal Silva Dias, na sua importante e estimada obra, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal* (1980), defende que Fr. Francisco de S. Luís não pertencia a nenhuma "congregação maçónica" (vol I, tomo II, p. 800, ss).

Mas por não existir um evidente compromisso entre as diferentes fontes historiográficas (podendo serem elas mesmo inexistentes), não significa que se autorize o abandono de outros repertórios de evidências - entre eles a rede de sociabilidade - e que de algum modo nos possa testemunhar relevantes ocorrências ou problemáticas que configurem um exame crítico para uma certa narrativa histórica. Assunto

Hoje, apenas cumpre revisitar Frei Francisco de S. Luís, nos 200 anos em que tomou posse da administração espiritual e temporal do bispado de Coimbra e, ao mesmo tempo, darmos conta, de passagem, que uma "aprendizagem do consenso", mesmo que imperfeita nas suas virtudes historiográficas, terá de ter sempre mecanismos e graus de concordância ou dissidência de forma a ampliar o repertório das próprias fontes. Sejamos, pois, seduzidos por esse exercício, nessa delicada e humilíssima missão.

Vale!

Os Bibliotecários da BMBM

Maio de 6022

MEMORIAS DA VIDA

DE

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO.



LISBOA
TYPOGRAPHIA DE JOSÉ BAPTISTA MORANDO
RUA DO MOINHO DE VENTO N.º 59.

1855.

Entrei pois para a Secretaria dos Negocios Estrangeiros por um decreto d'El-Rei, e conforme um novo regulamento, que com a Sancção Real se acabava de dar a esta repartição publica. Fiquei addido ao gabinete do Ministro, e de acordo com elle comecei os meus trabalhos.

Entre elles houve dois de grande importancia, e pelos quaes mostrou o Ministro que andava muito de boa fé em os negocios de que estava encarregado. O primeiro foi a *Circular*, que se remetteo a todos os agentes diplomaticos, residentes nos paizes estrangeiros, para que fizessem vêr ás côrtes onde residiam, qual era o espirito da nossa regeneração politica; e o systema, e marcha actual de governo, que pretendia seguir, e que já tinha adoptado como base inalteravel da sua marcha futura.

O segundo não foi menos importante. Tratava-se então de uma questão melindrosa com Roma; que era a confirmação da nomeação de S. Luiz para Bispo de Coimbra. É sabido como elle havia feito parte do governo do Porto na revolução do anno de 20, e o Papa não era a favor della como o não eram as potencias do continente. Era preciso, portanto, tomar uma resolução prompta e decisiva; e esta se tomou, digna de uma potencia independente, e que sabía manter os seus direitos. Quem nessa época estava em Roma, como agente diplomatico dos nossos negocios era Pedro de Mello Breyner, homem muito honrado e liberal, mas tímido e irresoluto, e sem a energia sufficiente para resistir ás pretenções do Papa. Os seus ultimos officios tinham confirmado que esse era o seu caracter, e era preciso responder-lhe. A resposta que eu escrevi, foi a seguinte: « que partecipasse, como *ultimatum*, ao governo papal, que Sua Magestade, quando nomeava os seus Bispos, sabía muito bem que eram capazes da dignidade para a qual os nomeava, e por conseguinte exigia, que sem réplica alguma se confirmasse

a que havia feito na pessoa de Fr. Francisco de S. Luiz para Bispo de Coimbra. E que no caso de se querer ainda por meio de novas duvidas retardar esta confirmação, *pedisse immediatamente* o seu passaporte, e sahisse de Roma. Esta resolução energica produzio logo effeito, porque acabaram por uma vez todas as duvidas e chicanas, e expedio-se a confirmação.

Por estes dois factos se vê que Silvestre Pinheiro desempenhava bem o seu officio de Secretario dos Negocios Estrangeiros; mas apesar disso havia indisposições contra elle a outros respeitos, e não era bem quisto pela gente que influia nos negocios politicos, tanto dentro como fóra do Congresso, ou Camara dos Deputados. O facto que vou narrar o deo a mostrar.

O Ministro, com a approvação d'El-Rei, havia organisado a sua Secretaria, e nas novas nomeações que para ella tinha feito, entrava eu. O Congresso tomou d'aqui pretexto para guerrear Silvestre Pinheiro; desapprovou a nomeação que elle tinha feito em nome d'El-Rei, com frivolas razões, e entre ellas que se estava para fazer uma lei, que regulasse todas as Secretarias d'Estado, e por isso não tivesse effeito algum a que se havia promulgado para a dos Negocios Estrangeiros.

Deste acto do Congresso se vê que eu tambem, como de *trambolhão* fui lançado, *sem cerimonia*, fóra daquella Secretaria. E como visse que no governo actual, eu, que tanto havia trabalhado para o collocar onde estava, nem sequer me tinha podido manter em um logar de Official de Secretaria, assentei logo comigo de não querer nada da actual governança. Disse immediatamente ao Ministro, que me dava por despedido, e nunca mais entrava na sua Secretaria na qualidade de empregado nella. Elle fez todas as diligencias para que eu ainda me não désse por despedido, dizendo-me, que o negocio havia de ter alteração, e que a sua nomeação havia de ser confirmada, ou elle se havia de *demittir* de Ministro. Eu assim mesmo não quiz conformar-me com o seu pedido, a nomea-

ção não foi adiante, e o Ministro não *se demittio!* . . . . :

Eu comecei a tratar comigo mesmo o que faria, e que modo de vida tomaria; e o que me pareceo mais conforme ao meu caracter, e que até alli me tinha dado muita honra, foi voltar ao de *jornalista*, que naquelle tempo podia ainda ser mui proveitoso; porque, segundo o que eu ía vendo, os homens, que haviam subido mui alto para conquistar o logar que occupavam, principiavam, ao menos, no meu conceito, *sensivelmente* a descer do brilhante pedestal, em que a fortuna os tinha posto.



ANTÓNIO FERREIRA





O CARDEAL SARAIVA

(UM GRANDE LIMIANO)

O Cardeal Saraiva e a maçonaria (1)

Frei Francisco de S. Luís, segundo tem sido proclamado, foi mação.

Com o nome de *irmão Condorcet*, diz Fortunato de Almeida, pertenceu, em 1821, ao estado maior do Grande Oriente Lusitano, sendo já então bispo eleito e reitor da Universidade de Coimbra.

Naquele tempo, e antes e depois, alguns homens da Igreja não tinham escrúpulo em filiar-se naquela sociedade de organização secreta. Refere o autor da *História da Igreja em Portugal* que em 1813 existiam em Lisboa treze lojas maçónicas e que a loja-mãe funcionava no mosteiro dos cónegos regrantes de S. Vicente de Fora.

O nosso frade teria, de facto, pertencido à maçonaria?

Vamos devagar! Examinemos a época...

Nos tempos do vintismo a insinuação andava no ar, porque o grande beneditino acamaradava com conhecidas figuras maçónicas dessa época; mas a arguição truculenta surgiu com todo o seu venenoso conteúdo, numa verdadeira *ofensiva epistolar* para Roma, depois do dia 19 de Julho de 1821, em que D. João VI o designou ou apresentou

---

(1) Este capítulo foi publicado na revista ilustrada de cultura *Prometeu*, do Porto, n.os 1 — 2 de Fevereiro — Abril de 1947.

como bispo coadjutor e sucessor na diocese de Coimbra e o nomeou reformador-reitor da Universidade. O papa recebeu então muitas cartas com a delação de que Frei Francisco de S. Luís era um mação graduado em Portugal.

Detenhamo-nos um pouco ante este aspecto quiçá insólito do frade limiano, como bons observadores, sem avançarmos com precipitação na fogosidade dos juízos sectários.

A história da maçonaria é muito complicada.

Desde os tempos de Fausto Socino que nela admitiu todas as confissões religiosas, tem passado a maçonaria por várias fases, com estranhas ramificações e orientações flutuantes. A sua doutrina sincrética levou os clubes maçónicos a receberem e agasalharem no segredo dos seus ritos os representantes dos credos e das filosofias mais antagónicas, chegando a dizer-se pejorativamente que ela formava ou pretendia formar *um todo único de princípios contraditórios.*

O formidável opúsculo que em Portugal se publicou contra a maçonaria — *A Idade Maçónica — 1789-1940,* de Lusol, criptónimo do ilustre padre Amadeu de Vasconcelos, não esquece aliás que a ela pertenceram em França grandes figuras do clero e que, em 1700, a famigerada instituição era «excessivamente condescendente e tolerante para com o cristianismo que considerava uma opinião filosófica respeitável e aceitável (1). Cita mesmo os casos significativos da proposta do Cavaleiro Ramsay ao Cardeal de Fleury (1737) e do grande pensador José de Maistre que «com toda a sinceridade alimentava também o sonho da íntima colaboração entre a maçonaria e a igreja católica» (2).

(1) A Idade Maçónica — 2.ª edição, pág. 169.
(2) Obra citada, pág. 167.

Entre nós, Frei Francisco de S. Luís era, sobretudo, um erudito cujo talento pairava acima das lutas políticas que agitavam a gente da sua geração. O seu espírito de pensador vivia sempre numa harmonia sublime com o seu espírito religioso.

Havia então em Lisboa, como noutras capitais europeias, formações nucleares maçonistas, isto é, potências ocultas que em seus subterrâneos sociais preparavam as directrizes da política visível das nações.

A maçonaria era uma febre endémica que contaminava as vísceras do organismo político de cada país.

Acaso o grande beneditino, num período de maré viva do expansionismo maçónico, alimentaria o sonho de José de Maistre para, naquele tempo em que as lojas simbólicas se erguiam umas contra as outras, contrabater os elementos aguerridos que actuavam irreligiosamente nos campos da Liberdade?

De facto, a tão falada sociedade secreta subira, qual cataclismo de inundação, às coroas reinantes, aos grandes detentores dos selos do Estado e entrara até nos próprios conventos.

Frei Francisco de S. Luís tinha uma alta compreensão da sua época e era um sagaz observador dos acontecimentos, naquele período de transição de regimes que o levou a desenvolver a sua acção contra os epiléticos do liberalismo em lugar de se manter numa cómoda obstenção de braços cruzados, ou inerte atitude contemplativa perante as calamidades da nação. Dispendia assim as suas energias operantes, aconselhando a Realeza, orientando as Constituintes, e não seria de estranhar que, então, quisesse dar luta ao inimigo nos próprios subterrâneos da maçonaria para imprimir ao

novo regime uma feição moderada e salvar a Igreja de muitas emergências catastróficas.

Naquele tempo a poderosa sociedade maçónica estava na euforia duma irradiação formidável. Com um velocíssimo poder de expansibilidade contagiava as *élites* dos povos. Era, repito, uma febre endémica que grassava na política europeia, atacando de preferência os esclarecidos espíritos que seguiam o pregão das ideias inovadoras. E, nestas condições, não seria censurável ou mesmo estranhável que Frei Francisco de S. Luís julgasse oportuna a sua filiação na associação dominante, pois serviria os seus fins políticos dentro do gosto da época, como ainda hoje sucede com o rei Jorge VI da Inglaterra que a cada passo se jacta, nas suas alocuções, de ser mação, e o presidente Truman que, no dia 20 de Outubro de 1945, recebeu numa igreja escocesa de Washington o grau 33.ª, o mais alto de todos, com o cerimonial devido.

De resto, como é transparente, se o nosso frade entrasse no contubérnio maçónico, não o faria para perseguir a religião católica de que, aliás, chegara a ser a figura mais insinuante e representativa da nação, mas para a defender, tanto quanto possível, do encarniçado choque das paixões anti-clericais. Bastará lembrar que no ano de 1821 em que ele, segundo a indicação de Fortunato de Almeida, pertencia ao Grande Oriente, sucediam em Lisboa factos deveras eloquentes pelo seu significado e alcance religioso.

Houve, ao instalarem-se as Côrtes, missa solene do Espírito Santo na Basílica de Santa Maria Maior e, no fim do Evangelho, os deputados prestaram juramento *em que declararam mantida a religião católica, apostólica romana.*

Deve, aqui, assinalar-se que nessa data era membro do governo da nação, em nome de el-rei, o nosso Frei Francisco de S. Luís que, no momento preciso, velava também pelo catolicismo em Portugal, como equiponderador das forças políticas. Dentro das Côrtes esforçava-se ele por não deixar tresmalhar as ovelhas do redil cristão.

Estava-se, entretanto, num dos períodos mais intensos da idade maçónica.

Fortunato de Almeida insere, numa nota da obra já citada [1], a lista dos membros do episcopado português do século XIX, alguns do período em causa, que foram mações. Lá estão os nomes deles, sem repetir agora o do bispo-conde de Coimbra e reitor da Universidade.

Eram:

D. Frei Joaquim de Menezes e Ataíde, bispo de Elvas;

D. José Maria da Silva Torres, arcebispo de Goa;

D. José Xavier de Cerveira e Sousa, bispo de Beja e de Vizeu;

D. José Manuel de Lemos, bispo de Brangança, de Vizeu e de Coimbra;

D. Frei Francisco da Mãe dos Homens Anes de Carvalho, bispo de Évora;

D. Januário, bispo eleito de Castelo Branco;

O padre João Manuel Cardoso Nápoles, apresentado como arcebispo de Goa; e D. António Aires de Gouveia, arcebispo titular de Bethsaida e Calcedónia.

Isto em Portugal, segundo refere o mencionado escritor.

E — direi eu agora — se de Portugal passarmos à Itália, então observaremos um facto mais estrondoso. O próprio papa Pio IX foi insistentemente acoimado de mação!

(1) Hist. da Ig. em Portugal, livro IV, pág. 211 e seg.

Houve polémicas. Exibiram-se documentos. E os declarantes maçónicos mantiveram a afirmação de que o *irmão João Feretti Mastai,* depois pontífice romano com o nome de Pio IX, fizera a sua iniciação na maçonaria com todas as formalidades do ritual e juramento, à meia noite, na primeira quinzena do mês de Agosto de 1839.

Convém transladar para aqui um passo do nosso Camilo.

No opúsculo *Maria da Fonte,* parte IV, «*Epistolário, Pedreiros Livres, etc.*», referindo-se a um folheto do famoso padre Casimiro Vieira, publicado em 1871 contra os mações, diz o grande escritor:

«Os epitetos de que usa para adjectivar variadamente os pedreiros livres — variedade necessária à beleza da composição — têm esta doçura apostólica: *larápios, ladrões, ímpios, assassinos e salteadores de proporções colossais.* Pio IX que havia sido mação, e com certeza não foi salteador nem ímpio, devia sentir-se da insolência com que o português lhe desfechava calúnias obliquamente».

Cita Camilo em seguida, transcrevendo-o, um documento que foi publicado no *Populo,* jornal de Genova, reproduzido no *Jornal do Comércio,* de Lisboa, de 12 de Fevereiro de 1876, e no *Grande Dicionário Português,* sob a direcção de Fernandes Costa, artigo *Maçonaria,* documento esse emanado da respeitável loja *Eterna Catena, Oriente de Palermo,* alusivo à iniciação do referido *irmão Mastai.*

«Contestou-se, continua Camilo, a autenticidade de tal documento, mas os pedreiros livres mantiveram a veridicidade dele, fundados nas formalidades autênticas em que o encontraram; e alegaram que Pio IX, no começo do seu pontificado, procedera harmònicamente com os alvitres da

CARDEAL SARAIVA 45

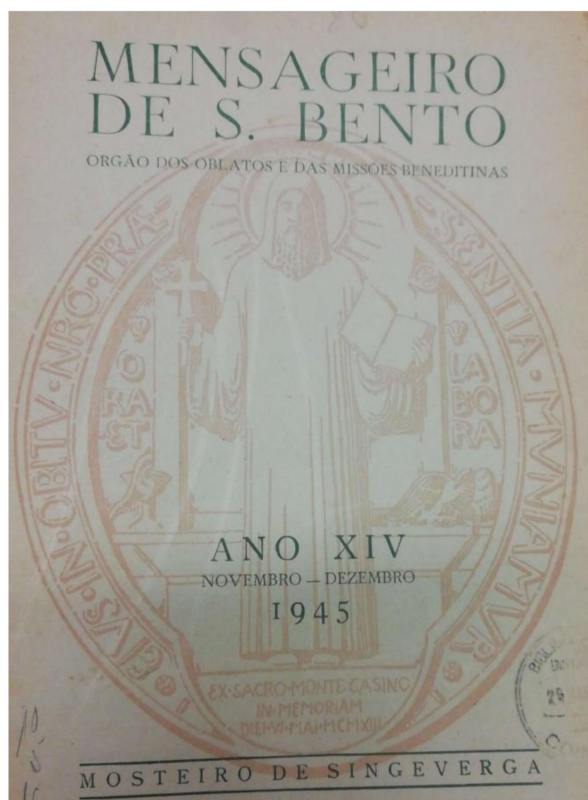
maçonaria. Parece, pois, que o opúsculo virulento do santo padre Casimiro José Vieira não devia ser extremamente agradável a *João Feretti Mastai*».

Não me proponho sindicar o caso ou inquirir quais as fontes de informação, fidedignas ou apócrifas, que irmanam o cardeal Mastai, depois Pio IX, e o nosso cardeal Saraiva, em períodos senão coincidentes ao menos aproximados, na fraternidade maçónica.

É um facto averiguado que alguns católicos de classe entraram na maçonaria e nela buscaram patrocínio para a sua causa religiosa. Por isso não seria desairoso para a memória do grande monge beneditino que ele tivesse pertencido à poderosa instituição secreta.

*
* *





DEDUÇÃO

DOS FACTOS, QUE DIZEM RESPEITO À VIDA PÚBLICA
DO BISPO DE COIMBRA, CONDE DE ARGANIL
D. FR. FRANCISCO DE S. LUÍS, DESDE 24 DE
AGOSTO DE 1820 ATÉ 5 DE JULHO DE 1823

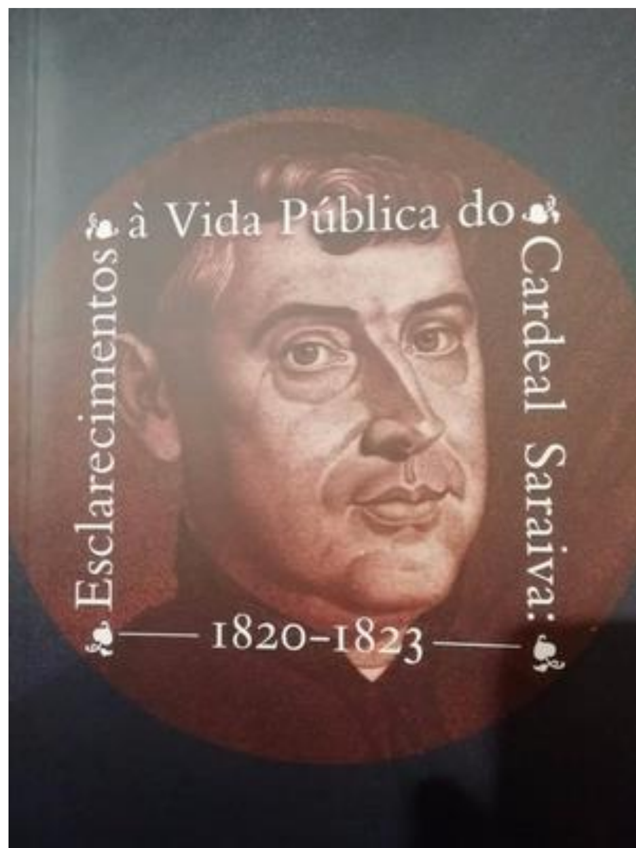
Posto que todo o homem dotado de prudência e bom senso e habituado a reflectir sôbre os acontecimentos do mundo, e sôbre o encontro violento das paixões e interêsses que se desenvolvem no meio das comoções políticas, saiba de ordinário, ou suspender ou rectificar o seu juízo sôbre os boatos mais acreditados, e até sôbre as mais positivas acusações, quando elas tendem a macular a reputação de homens empregados em lugares eminentes, que naturalmente excitam a inveja e os sentimentos malévolos que a acompanham: e ainda que pareça por isso mesmo, que o silêncio, em tais circunstâncias, é o partido mais razoável do homem probo, que se considera alvo da maledicência e da calúnia: contudo há um limite, além do qual êste silêncio pode ser não só imprudente, mas culpável; e há na malevolência excessos tais que autorizam, sem dúvida, a mais circunspecta prudência a rebatê-los, para que não pareça, que ou se aprovam por uma tácita aquiescência, ou se deixam progredir por menoscabo da opinião, e do conceito público.

O Bispo de Coimbra julga achar-se nestas penosas circunstâncias, e dever enfim romper o silêncio, que até agora tem guardado; ou para purificar os seus procedimentos de tôda a nódoa que os seus inimigos têem pretendido pôr-lhe; ou ao menos para trazer ao verdadeiro conceito os homens de boa fé, que se vêem como oprimidos do pêso das vozes artificiosamente espalhadas, e que não sabendo contradizê-las pela ignorância dos factos, vão talvez inocentemente aumentar o volume (digamos assim) dessa opinião malévola, a que depois se dá, por um grosseiro e funesto êrro, a qualificação de opinião pública.

Sua Eminencia O Cardeal Saraiva

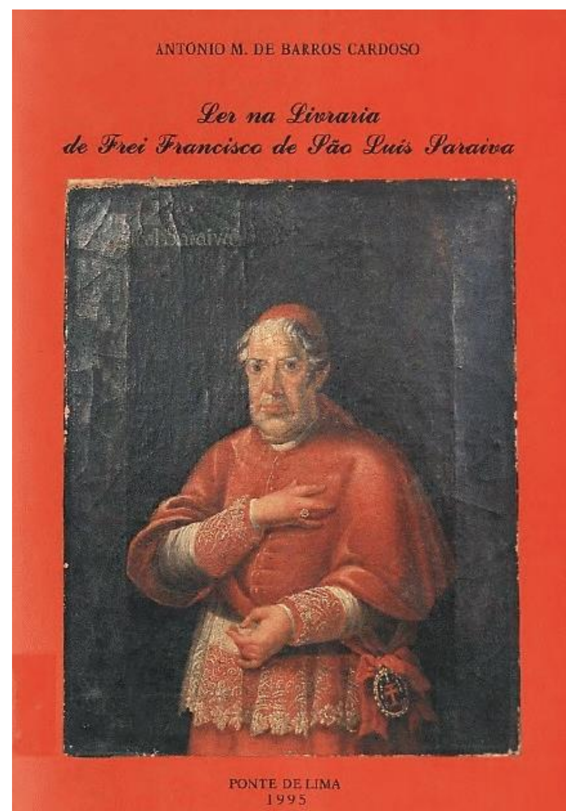
(D. Fr. Fco. de S. Luiz)

— Sendo presente a S. Magestade a conta do Cabido do Bispado de Coimbra, em que participa haver falecido em 16 do corrente o Reverendo Bispo Conde: Manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça ensinuar ao mesmo Cabido, que será muito do Seu Real Agrado, que nomeie ao Reverendo Bispo eleito Fr. Francisco de S. Luiz para Vigario Capitular, e Governador do Bispado sem reserva alguma de jurisdicção. Palacio de Queluz, em 19 de Abril de 1822. José da Silva Carvalho. —









Por obra e graça de São João, nosso Padroeiro e Ultríssimo Protector, foi esta edição lançada digitalmente na dia 1 de Junho 6022, ao Vale Mondego, e é dedicada à Memória de Frei Francisco de S. Luís

∴

BMBM